

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Rafael Cardoso Olinda¹

Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior²

RESUMO

O Brasil convive historicamente com elevados índices de pobreza e desigualdade social, sobretudo em municípios de menor porte e baixo desenvolvimento humano. Nesse contexto, programas de transferência de renda surgem como instrumentos essenciais de promoção da justiça social e de inclusão cidadã. Objetivou-se, assim, analisar os efeitos do Programa Bolsa Família no desenvolvimento social municipal. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica de produções científicas publicadas entre 2020 e 2025, contemplando artigos, dissertações e relatórios institucionais. Os resultados apontam que o Bolsa Família se consolidou como instrumento fundamental de justiça social, responsável não apenas pelo alívio imediato da pobreza, mas também pela melhoria de indicadores de saúde, pela redução da evasão escolar e pela circulação de renda em municípios de baixo IDH, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Apesar dos avanços, permanecem desafios relacionados ao valor dos benefícios, à atualização do Cadastro Único e à necessidade de maior integração com políticas de emprego e qualificação profissional. Conclui-se que o Bolsa Família é uma política social de caráter estruturante, cuja sustentabilidade depende da articulação entre Estado, mercado e sociedade civil, assegurando sua continuidade como motor de desenvolvimento social no Brasil.

Palavras-chave: Bolsa Família; Políticas públicas; Desenvolvimento social; Redução da pobreza; Desigualdade regional.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de transferência de renda no Brasil se consolidaram como instrumentos fundamentais no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, especialmente a partir da primeira década dos anos 2000 (COSTA; MAGALHÃES; CARDOSO, 2023). Entre elas, o Programa Bolsa Família (PBF) destacou-se por sua abrangência e pela capacidade de articular condicionalidades em saúde e educação com a garantia de um benefício monetário mínimo às famílias em situação de vulnerabilidade (JANNUZZI; MARTIGNONI; SOUTO, 2020).

¹ Rafael Cardoso Olinda — Esp. em Neuro marketing. admrafaelcbo@gmail.com

² Marcos Matos Brito de Albuquerque Jr. — Doutor (Ph.D.) em Gestão; marcos.matosbrito@gmail.com

Salienta-se que o PBF, além de assegurar alívio imediato da pobreza, tem promovido impactos significativos na melhoria dos indicadores sociais e na circulação de renda em municípios de pequeno e médio porte (ALFARO; ALMEIDA; LIMA, 2025).

A justificativa deste estudo fundamenta-se na relevância acadêmica, social e prática da análise. Academicamente, a discussão contribui para o debate sobre políticas sociais no Brasil e sua eficácia. Do ponto de vista social, evidencia-se a importância de programas de redistribuição de renda como forma de justiça social, especialmente em municípios vulneráveis que, sem tais mecanismos, poderiam enfrentar sérias dificuldades para manter sua estabilidade econômica e social.

Em termos práticos, a pesquisa auxilia gestores públicos municipais a compreenderem o alcance e as limitações do programa, permitindo o aprimoramento das estratégias de combate à pobreza. Nesse contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: qual o impacto do Programa Bolsa Família no desenvolvimento social dos municípios brasileiros?

O objetivo geral deste trabalho é analisar os efeitos do Programa Bolsa Família no desenvolvimento social municipal. Como objetivos específicos, pretendeu-se: identificar os principais indicadores sociais relacionados ao programa, verificar os impactos do PBF sobre educação, saúde e renda e discutir as diferenças regionais entre municípios e suas implicações para a efetividade da política pública.

Por conseguinte, a estrutura do artigo organiza-se em cinco partes: a introdução, que apresenta a problemática, justificativa e objetivos; a revisão de literatura, dividida em três capítulos, que aborda o contexto das políticas de transferência de renda, os impactos sociais do PBF e sua relação com o desenvolvimento social; a metodologia, que descreve os procedimentos adotados; a análise e discussão dos resultados, com base em dados e estudos empíricos; e, por fim, as considerações finais, que sintetizam os achados e apontam perspectivas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Políticas Sociais e Justiça Distributiva

O debate em torno do papel do Estado no enfrentamento das desigualdades sociais se intensificou a partir das experiências de constituição do Estado de bem-

estar social no pós-guerra, quando se buscou universalizar direitos e ampliar a rede de proteção social. Esse modelo, inspirado em países europeus, fundamenta-se na premissa de que cabe ao poder público garantir condições mínimas de dignidade, oferecendo serviços essenciais e promovendo redistribuição de renda. Em contrapartida, a lógica neoliberal, predominante a partir da década de 1980, questiona a centralidade estatal e defende a primazia do mercado, restringindo as políticas públicas a intervenções pontuais, o que muitas vezes aprofunda as desigualdades estruturais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um marco ao reconhecer a justiça social como princípio constitucional, orientando a formulação de políticas públicas voltadas à redução das disparidades socioeconômicas e à promoção da cidadania (ROCHA, 2025).

A intervenção estatal, nesse contexto, torna-se um instrumento essencial para corrigir as distorções provocadas pelo mercado, especialmente em economias periféricas e de forte desigualdade como a brasileira. As políticas de transferência de renda, entre elas o Programa Bolsa Família, são exemplos concretos dessa ação corretiva, na medida em que permitem às famílias em situação de vulnerabilidade acessar recursos mínimos para atender suas necessidades básicas (JANNUZZI; MARTIGNONI; SOUTO, 2020).

Essas medidas não apenas aliviam a pobreza imediata, mas também contribuem para a inclusão social por meio de condicionalidades ligadas à saúde e à educação, criando um ciclo virtuoso de melhoria dos indicadores sociais. A análise de Costa, Magalhães e Cardoso (2023) demonstra que, mesmo diante de críticas relacionadas ao assistencialismo, os programas de transferência de renda são instrumentos de fortalecimento da democracia social e de redução das desigualdades históricas (COSTA; MAGALHÃES; CARDOSO, 2023).

A Constituição de 1988, ao estabelecer o princípio da justiça social, reforçou o papel do Estado como garantidor de direitos fundamentais e como agente regulador da economia, sobretudo no combate às desigualdades regionais. Esse aspecto é particularmente relevante em um país marcado por fortes assimetrias territoriais e sociais. O Bolsa Família, nesse sentido, configura-se como política pública estratégica de operacionalização da justiça social constitucionalmente prevista, articulando redistribuição de renda com acesso a direitos básicos (LUDKA; BRAGA; PEREIRA, 2024).

A experiência histórica do programa evidencia que o Estado brasileiro, ao assumir essa função redistributiva, contribui para atenuar a exclusão e fortalecer os processos de desenvolvimento social, em consonância com os objetivos da Carta Magna (ALFARO; ALMEIDA; LIMA, 2025).

O sistema capitalista, ao longo de sua trajetória, tem como característica intrínseca a concentração de riqueza, favorecendo a acumulação em grandes centros urbanos e relegando as áreas periféricas e rurais a condições de vulnerabilidade. No Brasil, essa lógica manifesta-se na desigualdade entre regiões, evidenciada pela concentração de investimentos, infraestrutura e oportunidades econômicas em metrópoles e polos industriais, em detrimento dos pequenos municípios. Essa dinâmica, resultado de um processo histórico de centralização, aprofunda a exclusão social e econômica, limitando as possibilidades de ascensão de populações residentes em áreas menos desenvolvidas. Nesse cenário, políticas públicas como o Bolsa Família assumem um papel estratégico ao redistribuir recursos e estimular a circulação de renda em localidades desassistidas (JANNUZZI; MARTIGNONI; SOUTO, 2020).

A desigualdade regional no Brasil é reflexo de um modelo de desenvolvimento historicamente concentrador, no qual a modernização produtiva e os fluxos de capital se consolidaram em regiões específicas, como o Sudeste. Em contrapartida, o Norte e o Nordeste convivem com índices elevados de pobreza e menor acesso a serviços públicos essenciais (ROCHA, 2025).

Tal disparidade cria uma relação de dependência econômica e política, que fragiliza a autonomia dos municípios menores. Nesse panorama, programas de transferência de renda se tornam tanto instrumentos de assistência social, quanto de sustentação econômica para localidades que, sem esses recursos, poderiam enfrentar colapso em sua dinâmica produtiva e comercial. Estudos recentes demonstram que, em diversas cidades do interior, o volume de recursos oriundos do Bolsa Família supera a arrecadação tributária local, evidenciando sua relevância para a sobrevivência econômica dessas comunidades (MOREIRA *et al.*, 2023).

Os reflexos dessa concentração de renda nos municípios de pequeno porte são expressivos, pois impactam diretamente a capacidade de investimento público, a oferta de serviços básicos e as oportunidades de trabalho. Nessas localidades, a presença do Bolsa Família representa não apenas uma estratégia de combate à pobreza, mas também um mecanismo de estímulo à economia local, fortalecendo o

comércio e dinamizando atividades produtivas de baixa escala. Essa realidade reforça a percepção de que a justiça social, em países marcados por desigualdades históricas, não pode ser alcançada sem a intervenção estatal direta (LUDKA; BRAGA; PEREIRA, 2024).

A pesquisa realizada por Ludka, Braga e Pereira (2024) evidencia que a redistribuição de renda por meio do programa gera efeitos multiplicadores na economia dos municípios menores, contribuindo para a redução das disparidades regionais e para a construção de condições mínimas de desenvolvimento social.

As políticas de transferência de renda têm origem em diferentes experiências internacionais, adotadas como instrumentos de combate à pobreza e de promoção da inclusão social. Nos Estados Unidos, programas como o *Food Stamp Program* serviram de referência para o fornecimento de benefícios voltados à segurança alimentar (ALFARO; ALMEIDA; LIMA, 2025).

Já na América Latina, países como México e Chile implementaram programas condicionados à frequência escolar e ao acompanhamento em saúde, consolidando um modelo que associa a transferência direta de recursos à garantia de direitos sociais básicos. Essas experiências tornaram-se fundamentais para demonstrar a eficácia das políticas de transferência no alívio imediato da pobreza e no estímulo à inclusão social, servindo de inspiração para outras nações em desenvolvimento (SANTOS, 2020).

No Brasil, as primeiras iniciativas de transferência de renda datam de mais de três décadas, ainda na década de 1990, quando surgiram programas em âmbito local e estadual, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, destinados a famílias em extrema vulnerabilidade. Esses projetos pioneiros, embora relevantes, enfrentaram dificuldades significativas na identificação precisa do público-alvo, o que, em alguns casos, resultou na concessão de benefícios de forma indiscriminada e sem critérios uniformes de vulnerabilidade. O Programa Vale Gás, voltado à subsistência de famílias incapazes de arcar com custos básicos de energia, também representou uma experiência embrionária dessa política social. Apesar das limitações de abrangência e estrutura, essas iniciativas revelaram a urgência de ações mais amplas e integradas para o enfrentamento das desigualdades históricas brasileiras, consolidando as transferências de renda como instrumentos de justiça social e redistribuição econômica (ROCHA, 2025).

A unificação dessas políticas ocorreu em 2003, com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), que completou mais de 20 anos de existência. Desde sua origem, o programa foi concebido com a previsão de reavaliações periódicas a cada cinco anos, com o intuito de ajustar sua efetividade e desenvolver estratégias de capacitação e inclusão produtiva para que as famílias beneficiárias pudessem romper gradualmente o ciclo de dependência e serem inseridas na população economicamente ativa. Essa característica reforça o caráter dinâmico e evolutivo do PBF, permitindo que ele avance de uma política de alívio imediato da pobreza para uma plataforma de promoção da autonomia econômica e social (ALFARO; ALMEIDA; LIMA, 2025).

O programa foi concebido, em um primeiro momento, para minimizar os efeitos da pobreza extrema e oferecer suporte emergencial às famílias em vulnerabilidade. Contudo, em um segundo estágio, torna-se imprescindível a criação de mecanismos de qualificação profissional e estímulo à geração de renda, de modo que os beneficiários passem, gradualmente, a conquistar autossuficiência financeira. Essa transição é essencial para evitar que o programa assuma um caráter meramente assistencialista, limitando-se a sustentar famílias em uma zona de conforto dependente do benefício. Assim, é papel do Estado “ensinar a pescar o peixe”, promovendo capacitação e oportunidades reais de trabalho e empreendedorismo, de forma a garantir que o auxílio emergencial seja um meio temporário de inclusão e não um fim em si mesmo (ROCHA, 2025).

A integração das políticas anteriores sob uma estrutura centralizada ampliou a cobertura nacional e fortaleceu o modelo de condicionalidades nas áreas de saúde e educação, assegurando maior racionalidade administrativa e coerência federativa. Dessa forma, o Bolsa Família consolidou-se como referência internacional no combate à pobreza, destacando-se não apenas como instrumento de alívio financeiro, mas como política pública estruturante, com impactos significativos na redistribuição de renda, na circulação econômica local e na construção de uma cidadania ativa em municípios de pequeno e médio porte (ALFARO; ALMEIDA; LIMA, 2025).

O conceito de políticas compensatórias tem sido amplamente debatido na literatura, especialmente no campo das políticas sociais. Essas medidas buscam mitigar os efeitos das desigualdades geradas pela dinâmica capitalista, garantindo às populações mais vulneráveis acesso a condições mínimas de sobrevivência e cidadania. No caso brasileiro, o Bolsa Família é um exemplo emblemático de política

compensatória, ao assegurar a famílias em extrema pobreza a possibilidade de atender às necessidades básicas e, ao mesmo tempo, fomentar o acesso à educação e à saúde. Esse duplo caráter, de assistência imediata e de estímulo a direitos sociais, insere o programa em uma perspectiva de justiça social, na medida em que busca reduzir disparidades históricas e promover a inclusão (COSTA; MAGALHÃES; CARDOSO, 2023).

As críticas ao Bolsa Família frequentemente associam o programa a uma suposta prática de assistencialismo, no sentido de perpetuar a dependência das famílias em relação ao benefício. Entretanto, estudos têm mostrado que a permanência no programa não se traduz em passividade, mas em uma oportunidade de sobrevivência digna, que permite às famílias organizarem suas estratégias de vida e investir em educação e saúde. Ao contrário da visão estigmatizante, o programa fortalece a cidadania, uma vez que garante a participação das populações vulneráveis no espaço social e econômico. Essa perspectiva reforça a compreensão de que a transferência de renda não é apenas um ato de caridade estatal, mas uma política pública de inclusão e de reconhecimento de direitos (GOMES; LIMA; CARDOSO, 2021).

O Bolsa Família, portanto, deve ser analisado como uma estratégia de inclusão social que vai além da simples redistribuição de recursos. Ele cria condições para que populações historicamente excluídas tenham maior acesso a bens e serviços, inserindo-se em um processo de transformação social que articula dimensões econômicas e cidadãs. Nesse sentido, o programa funciona como um instrumento de combate à pobreza e também como um mecanismo de fortalecimento da democracia, ao aproximar o Estado das demandas sociais mais urgentes e promover a justiça social em âmbito nacional. Ao garantir que milhões de brasileiros possam ter acesso a condições mínimas de vida, o Bolsa Família reafirma o papel das políticas públicas como meios indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (JANNUZZI; MARTIGNONI; SOUTO, 2020).

A abrangência nacional do Bolsa Família também advém como um elemento central para compreender sua relevância. Desde sua criação, o programa alcançou milhões de famílias distribuídas em todos os municípios brasileiros, tornando-se a principal política social de transferência de renda do país. Sua importância é ainda maior em localidades vulneráveis, onde a economia local se sustenta em grande medida pelo repasse mensal dos benefícios. Em muitos municípios de pequeno porte,

o volume de recursos advindo do programa supera as receitas próprias de arrecadação tributária, revelando o peso estrutural do Bolsa Família não apenas para a sobrevivência das famílias beneficiárias, mas para a manutenção da própria dinâmica econômica municipal (MOREIRA *et al.*, 2023).

Outro aspecto fundamental do programa é a presença das condicionalidades, que reforçam a ideia de que o acesso à renda deve estar associado ao exercício de direitos básicos, como educação e saúde. A exigência de matrícula e frequência escolar, bem como do acompanhamento médico e nutricional, funciona como instrumento de estímulo à inclusão social e ao desenvolvimento humano, fortalecendo a cidadania e a corresponsabilidade entre Estado e beneficiários (SANTOS, 2020).

Além disso, é essencial que o governo estabeleça prazos realistas e metas progressivas em programas de capacitação profissional de nível médio, formando carpinteiros, eletricitas, encanadores, entre outros, para que as famílias possam conquistar autonomia financeira e, gradualmente, deixar de depender do benefício. Essa medida reforça o caráter emancipatório do programa, evitando a perpetuação do assistencialismo e promovendo o desenvolvimento social sustentável. Desse modo, as condicionalidades do Bolsa Família não devem ser interpretadas como punição, mas como incentivo à inclusão produtiva e à expansão da rede de serviços públicos, articulando o combate à pobreza à construção da cidadania e à efetivação de políticas sociais estruturantes (ALFARO; ALMEIDA; LIMA, 2025).

Apesar de sua relevância, o Bolsa Família enfrenta desafios que extrapolam a gestão administrativa e alcançam o campo simbólico das representações sociais. Um dos principais obstáculos é a estigmatização dos beneficiários, frequentemente retratados pela mídia e por setores da elite econômica como dependentes ou improdutivos. Essa visão desconsidera que a grande maioria das famílias atendidas está inserida em contextos de vulnerabilidade estrutural, onde as oportunidades de emprego formal são escassas e a renda obtida é insuficiente para atender às necessidades básicas. Ao reforçar preconceitos, esse discurso enfraquece a compreensão do programa como direito social e o reduz a uma suposta prática de assistencialismo (SIMONI, 2021).

Concomitantemente, é necessário considerar o papel da mídia e da elite econômica na construção do discurso público sobre o Bolsa Família. Enquanto parcelas significativas da população beneficiária reconhecem o programa como essencial para a sobrevivência e para a melhoria da qualidade de vida, setores

dominantes frequentemente o criticam como gasto excessivo ou como mecanismo de clientelismo político (MOREIRA *et al.*, 2023).

Esse embate discursivo evidencia a disputa ideológica em torno do papel do Estado e da responsabilidade social na promoção da justiça. A literatura mostra, contudo, que os efeitos positivos do programa, tanto no combate à pobreza quanto na dinamização econômica dos municípios, superam largamente as críticas, reforçando a legitimidade do Bolsa Família como política pública de caráter estruturante (ROCHA, 2025).

2.2 Impactos Sociais do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família tornou-se referência internacional por sua capacidade de reduzir a proporção de famílias em situação de miséria no Brasil. Ao direcionar recursos diretamente às populações mais vulneráveis, o programa promoveu uma queda significativa nos índices de pobreza extrema, sobretudo em áreas rurais e em municípios de pequeno porte. Esta diminuição é fruto de uma política contínua de transferência de renda, que não apenas garante o acesso imediato a bens básicos de consumo, como também fortalece a segurança alimentar e melhora as condições de sobrevivência (JANNUZZI; MARTIGNONI; SOUTO, 2020).

Os efeitos do programa também podem ser observados em comparações regionais. Regiões historicamente marcadas pela desigualdade, como o Nordeste e o Norte, apresentaram reduções expressivas na proporção de famílias em extrema pobreza, demonstrando que o Bolsa Família desempenhou um papel de correção das disparidades territoriais (ALFARO; ALMEIDA; LIMA, 2025).

Em contrapartida, em estados mais industrializados do Sudeste e do Sul, embora o impacto percentual seja menor, o programa funcionou como importante complemento de renda para populações em bolsões urbanos de vulnerabilidade. Essa capacidade de atuação diferenciada conforme as necessidades locais revela o caráter flexível e abrangente da política pública, fortalecendo o equilíbrio federativo e reduzindo a distância entre municípios ricos e pobres (OLIVEIRA *et al.*, 2023).

Paulatinamente, com a garantia de um valor fixo mensal às famílias em situação de pobreza extrema, o Bolsa Família viabiliza a compra de alimentos, materiais escolares, roupas e medicamentos, estimulando o consumo básico e dinamizando a economia local. Para além do impacto direto sobre os beneficiários, o

recurso circula no comércio de bairros e municípios, criando um efeito multiplicador que sustenta atividades econômicas em áreas de baixa arrecadação tributária. Assim, o programa deve ser compreendido não apenas como uma medida emergencial, mas como um instrumento estruturante de promoção da justiça social e de fortalecimento econômico nos territórios mais frágeis (MOREIRA *et al.*, 2023).

Um dos principais diferenciais do Programa Bolsa Família é a vinculação do benefício à condicionalidade da frequência escolar, mecanismo que associou o recebimento da renda à permanência das crianças e adolescentes na escola. Essa estratégia gerou impactos expressivos na área educacional, refletidos no aumento significativo das matrículas e da assiduidade em escolas públicas, sobretudo em áreas rurais e municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (GOMES *et al.*, 2021).

Entretanto, é necessário que o governo amplie e aprimore as condicionalidades, incluindo entre elas a capacitação dos chefes de família. Essa medida permitiria que os beneficiários desenvolvessem competências técnicas e profissionais capazes de garantir sua autossuficiência econômica no médio e longo prazo, reduzindo gradualmente a dependência do auxílio governamental. A incorporação dessa dimensão formativa transformaria o Bolsa Família em uma política de transição para a autonomia produtiva, consolidando o programa como instrumento tanto de combate à pobreza quanto de promoção de desenvolvimento humano e social sustentável (MOREIRA *et al.*, 2023).

Esse avanço é resultado direto da exigência de que os filhos das famílias beneficiárias frequentem a escola como condição para a manutenção do benefício, associando a transferência de renda a uma estratégia de promoção da inclusão educacional. Esse mecanismo tem contribuído para que milhares de crianças tenham acesso contínuo ao ambiente escolar e ampliem suas oportunidades de mobilidade social no futuro (BESSA *et al.*, 2021).

Outro efeito positivo foi a redução da evasão escolar em diferentes regiões do país. Ao garantir um mínimo de segurança alimentar e de recursos básicos, o Bolsa Família diminuiu a necessidade de que crianças e adolescentes abandonassem os estudos para contribuir com a renda familiar por meio de trabalhos precários. Essa permanência escolar representa não apenas a conquista de direitos individuais, mas também um investimento social coletivo, já que maiores índices de escolaridade estão diretamente associados ao desenvolvimento humano e à redução da pobreza

intergeracional. A literatura evidencia que a taxa de evasão, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade, caiu de maneira consistente após a adoção das condicionalidades do programa (VIEIRA *et al.*, 2020).

Isto posto, os impactos do Bolsa Família na continuidade dos estudos também merecem destaque. Embora os benefícios estejam concentrados no ensino fundamental, pesquisas apontam que a permanência escolar incentivada pelo programa contribui indiretamente para o avanço de jovens no ensino médio e, em alguns casos, até no ensino superior. Esse resultado reforça o caráter estrutural do programa, uma vez que amplia horizontes de futuro para gerações que, sem esse suporte, estariam condenadas à reprodução da pobreza. Dessa forma, o Bolsa Família cumpre uma função essencial: quebrar o ciclo da exclusão educacional, assegurando às novas gerações maiores condições de acesso ao conhecimento e à cidadania plena (GOMES *et al.*, 2021).

As condicionalidades relacionadas à saúde constituem um dos pilares centrais do Programa Bolsa Família, ao exigir o acompanhamento regular de vacinação de crianças e a realização de consultas de pré-natal para gestantes. Essa exigência reforça a integração do benefício com a rede pública de saúde, estimulando a adesão das famílias ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ao atrelar a renda ao cumprimento de tais requisitos, o programa cria um incentivo direto para que serviços preventivos sejam utilizados, reduzindo a exposição a doenças e fortalecendo a saúde básica da população vulnerável (LIMA *et al.*, 2020).

Não obstante, a transferência de renda proporcionada pelo programa possibilita o acesso a alimentos de melhor qualidade e em maior quantidade, reduzindo casos de desnutrição em crianças de famílias extremamente pobres. Aliado às condicionalidades de acompanhamento nutricional, o Bolsa Família contribuiu para uma queda consistente de problemas relacionados ao déficit ponderal e ao baixo peso infantil em diferentes regiões do país. Essa melhoria não apenas garante maior qualidade de vida, mas também tem efeitos de longo prazo sobre o desenvolvimento cognitivo e educacional das crianças, reforçando o caráter intergeracional da política pública (SOUTHIER; TRICHES, 2020).

A redução da mortalidade infantil é outro resultado diretamente associado ao programa. Ao assegurar renda mínima, ampliar o acesso a alimentos e reforçar o acompanhamento em saúde, o Bolsa Família impactou de forma significativa nos índices de mortalidade de crianças menores de cinco anos, especialmente em áreas

de maior vulnerabilidade socioeconômica. Pesquisas indicam que, em municípios com elevada cobertura do programa, a queda da mortalidade infantil foi mais acentuada, evidenciando a eficácia do benefício como mecanismo de promoção da saúde pública. Com isso, além de sua dimensão social imediata, o programa revela impactos concretos na redução de desigualdades em saúde e na proteção da vida (ALFARO; ALMEIDA; LIMA, 2025).

Para além de sua função de combate à pobreza extrema, o Bolsa Família exerce um papel crucial na circulação de renda nos pequenos municípios, estimulando a economia local. O recurso transferido às famílias, ainda que de baixo valor, é gasto quase integralmente em bens de consumo básicos, como alimentos, roupas, remédios e materiais escolares. Esse consumo imediato alimenta o comércio de bairros e comunidades, dinamizando o setor varejista e criando um fluxo de renda que impacta diretamente os pequenos empreendedores. Deste modo, o programa não apenas atende às necessidades das famílias beneficiárias, mas movimenta cadeias produtivas locais que dependem dessa demanda contínua (MOREIRA *et al.*, 2023).

Esse processo também está relacionado à geração indireta de empregos, uma vez que o aumento da demanda por bens e serviços nas economias locais incentiva a abertura de pequenos negócios, a manutenção de feiras livres e o fortalecimento de cooperativas. O dinheiro injetado pelo Bolsa Família funciona como um capital circulante que mantém atividades econômicas que, de outra forma, poderiam entrar em colapso diante da baixa arrecadação municipal e da ausência de grandes investimentos privados. Assim, a política de transferência de renda revela efeitos multiplicadores que ultrapassam a esfera do alívio imediato da pobreza, alcançando a dinâmica produtiva dos territórios mais frágeis (LUDKA; BRAGA; PEREIRA, 2024).

Nos municípios menores e vulneráveis, a dependência da circulação do benefício é ainda mais evidente. Em muitas localidades, o valor total repassado às famílias beneficiárias supera a arrecadação tributária municipal, tornando-se a principal fonte de injeção de recursos na economia local. Essa realidade reforça a importância estrutural do programa, que não apenas garante a sobrevivência das famílias, mas também sustenta parte relevante da atividade econômica dessas cidades. Ao estimular a inclusão produtiva e dinamizar mercados locais, o Bolsa Família contribui para reduzir disparidades regionais e fortalece o pacto federativo, tornando-se elemento essencial para a estabilidade social e econômica de milhares de municípios brasileiros (GOMES *et al.*, 2025).

O Bolsa Família desempenhou um papel fidedigno na redução das desigualdades regionais no Brasil, especialmente ao mitigar os contrastes entre o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste. Essas regiões historicamente se diferenciam pela concentração de infraestrutura, investimentos e oportunidades econômicas nos estados mais industrializados, enquanto as demais enfrentam índices mais elevados de pobreza e vulnerabilidade social.

Ao garantir a transferência direta de recursos às famílias pobres, o programa tornou-se uma ferramenta de redistribuição capaz de atenuar as assimetrias territoriais. Ou seja, possibilitou-se que milhões de famílias em áreas historicamente excluídas tivessem acesso a um mínimo de renda e a direitos básicos, promovendo maior equilíbrio no desenvolvimento nacional (ROCHA, 2025).

Os impactos mais expressivos do programa concentram-se nos municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), localizados majoritariamente no Norte e Nordeste do país. Nessas localidades, o Bolsa Família não apenas assegurou condições mínimas de sobrevivência às famílias, como também dinamizou a economia local, muitas vezes funcionando como a principal fonte de recursos financeiros em circulação. O benefício passou a representar um complemento fundamental à baixa arrecadação tributária municipal, sustentando pequenos comércios e serviços locais. Assim, para além da dimensão social, o programa consolidou-se como um mecanismo de sustentação econômica e de fortalecimento da coesão social em municípios historicamente marginalizados do processo de desenvolvimento (LUDKA; BRAGA; PEREIRA, 2024).

O papel do programa no equilíbrio federativo também merece destaque, uma vez que sua abrangência nacional permitiu atenuar disparidades entre diferentes territórios. Ao garantir a presença do Estado em todos os municípios brasileiros, o Bolsa Família reforçou a lógica de uma política pública universal, que busca assegurar direitos independentemente da localização geográfica. Essa estratégia fortaleceu a ideia de que o combate à pobreza não pode ser tratado apenas como responsabilidade individual ou municipal, mas como uma ação coletiva da federação. Em consequência, o programa ajudou a construir uma rede de proteção social capaz de aproximar os municípios mais vulneráveis das regiões de maior desenvolvimento, promovendo um cenário mais equilibrado em termos de justiça social e cidadania (OLIVEIRA *et al.*, 2023).

2.3 Desenvolvimento Social e Perspectivas Futuras

O desenvolvimento social deve ser compreendido como um conceito que ultrapassa a noção restrita de crescimento econômico. Enquanto este se refere ao aumento da produção de bens e serviços, aquele envolve a melhoria efetiva das condições de vida da população, integrando dimensões como educação, saúde, renda, cidadania e qualidade ambiental. Essa diferenciação é basilar, sobretudo em países marcados por desigualdades históricas, nos quais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não necessariamente se traduz em bem-estar social (ROCHA, 2025).

Entre os principais pilares do desenvolvimento social, destacam-se a educação, a saúde, a renda e a cidadania. A educação representa a base para a formação de capital humano e para a mobilidade social intergeracional, enquanto a saúde é condição indispensável para o pleno exercício das capacidades individuais e coletivas (COSTA; MAGALHÃES; CARDOSO, 2023).

A renda, por sua vez, é o meio pelo qual os indivíduos asseguram sua subsistência e ampliam suas escolhas, ao passo que a cidadania garante a participação ativa da população na vida política e social. Esses elementos, quando articulados, formam o núcleo das políticas públicas voltadas à inclusão social e à promoção da justiça, tornando-se fundamentais para a avaliação da eficácia de programas como o Bolsa Família (SANTOS, 2020).

Nesse sentido, os indicadores de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o coeficiente de Gini e os índices de pobreza, são ferramentas essenciais para mensurar os avanços alcançados. O IDH-M, ao combinar variáveis de longevidade, escolaridade e renda, fornece uma visão abrangente das condições sociais em nível municipal. O coeficiente de Gini mede a desigualdade na distribuição de renda, permitindo identificar avanços ou retrocessos na equidade econômica. Já os índices de pobreza possibilitam avaliar o impacto das políticas públicas sobre a redução das privações básicas. A análise desses indicadores em relação ao Bolsa Família tem demonstrado resultados consistentes na diminuição das desigualdades e na promoção de condições mínimas de bem-estar, especialmente em regiões historicamente marginalizadas (JANNUZZI; MARTIGNONI; SOUTO, 2020).

O Bolsa Família não deve ser entendido apenas como uma política de alívio da pobreza imediata, mas também como um motor de desenvolvimento municipal. Em municípios de pequeno porte, com baixa arrecadação tributária e escassas oportunidades econômicas, os repasses do programa representam parcela significativa da circulação monetária. Esse fluxo garante a sobrevivência de famílias em situação de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, fortalece o comércio local, estimulando o consumo em mercados, farmácias, papelarias e pequenos empreendimentos. Dessa forma, o programa exerce um efeito multiplicador sobre a economia das cidades, funcionando como um mecanismo indireto de dinamização produtiva (MOREIRA *et al.*, 2023).

Demais impactos notórios referem-se à expansão de serviços básicos. Ao condicionar o benefício à matrícula escolar e ao acompanhamento de saúde, o Bolsa Família impulsionou a ampliação da rede de serviços públicos, especialmente em áreas periféricas e rurais. Muitos municípios precisaram reforçar a infraestrutura educacional e de saúde para atender às exigências do programa, gerando efeitos positivos tanto na qualidade quanto na cobertura desses serviços. Esse processo revela que a política de transferência de renda não atua isoladamente, mas integra-se a outras políticas sociais, promovendo avanços estruturais em territórios que antes careciam de investimentos estatais (COSTA; MAGALHÃES; CARDOSO, 2023).

A sustentabilidade do Programa Bolsa Família depende, em grande medida, das fontes de financiamento e do orçamento federal destinado às políticas sociais. Desde a sua criação, os recursos para manutenção do programa são provenientes do Tesouro Nacional, compondo o orçamento da União voltado à assistência social. Apesar de representar um gasto expressivo em termos absolutos, o valor destinado ao Bolsa Família corresponde a uma pequena fração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que evidencia sua viabilidade orçamentária diante dos impactos positivos gerados. Estudos apontam que os investimentos realizados no programa retornam à economia local por meio do consumo imediato, fortalecendo setores produtivos e contribuindo para o equilíbrio econômico de municípios em situação de vulnerabilidade (MOREIRA *et al.*, 2023).

Os debates em torno da responsabilidade fiscal e social evidenciam tensões permanentes no desenho e na manutenção do Programa Bolsa Família. De um lado, os defensores da austeridade fiscal sustentam que a limitação orçamentária do Estado deve restringir a expansão das transferências de renda, a fim de preservar o equilíbrio

das contas públicas. De outro, pesquisadores e gestores sociais argumentam que a responsabilidade fiscal não pode se sobrepor à responsabilidade social, visto que os custos da exclusão, da pobreza e da desigualdade geram impactos econômicos e humanos muito mais severos em longo prazo (COSTA; MAGALHÃES; CARDOSO, 2023).

Entretanto, é preciso reconhecer que os recursos públicos são finitos e provêm essencialmente da arrecadação de impostos pagos por trabalhadores e empresas dos setores público e privado. Assim, políticas de transferência de renda devem ser planejadas com critérios de eficiência e sustentabilidade, garantindo que os investimentos sociais não comprometam o equilíbrio macroeconômico, mas atuem como alavancas de desenvolvimento humano e inclusão produtiva (SANTOS, 2020).

Nessa perspectiva, o Bolsa Família deve ser compreendido como um investimento social estratégico, e não apenas como despesa, pois seus efeitos extrapolam o assistencialismo e se traduzem em ganhos duradouros para o país, ao promover desenvolvimento humano, ampliar a cidadania e reduzir desigualdades históricas (COSTA; MAGALHÃES; CARDOSO, 2023).

Em termos de impacto em longo prazo para as finanças públicas, o programa demonstra sustentabilidade, visto que seus custos são compensados pelos benefícios sociais e econômicos gerados. Além da redução dos índices de pobreza e desigualdade, o Bolsa Família contribui para a formação de capital humano ao incentivar a permanência escolar e a prevenção em saúde, reduzindo custos futuros do Estado.

Nesta lógica, longe de representar um peso insustentável para as contas públicas, o programa configura-se como um mecanismo de investimento estratégico, que promove ganhos coletivos e reforça a coesão social. A literatura mostra que, quando comparado a outros gastos da União, o valor do Bolsa Família é modesto, mas seus impactos sobre a sociedade e sobre o desenvolvimento territorial são substanciais (ALFARO; ALMEIDA; LIMA, 2025).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, tendo em vista que se baseia na análise de produções científicas já existentes sobre o Programa Bolsa Família e seus impactos no desenvolvimento social dos municípios brasileiros. Esse

tipo de pesquisa é adequado quando se pretende reunir, sistematizar e interpretar contribuições teóricas e empíricas de diferentes autores acerca de um tema, possibilitando identificar consensos, divergências e lacunas de investigação.

A abordagem adotada é qualitativa, uma vez que o estudo privilegia a interpretação crítica das informações disponíveis, buscando compreender o fenômeno social em sua complexidade e não apenas por meio de indicadores numéricos isolados. Nesse sentido, a análise envolve a discussão dos contextos de implementação do programa, seus resultados em diferentes dimensões sociais e a forma como é percebido em diferentes realidades regionais.

As fontes dos dados foram pesquisas publicadas em bases de dados científicas amplamente reconhecidas, como a SciELO e o Google Acadêmico, além de repositórios institucionais de universidades brasileiras. O levantamento concentrou-se em obras que tratam diretamente da temática do Bolsa Família, suas origens, impactos e perspectivas, bem como sua relação com políticas públicas de combate à pobreza.

O recorte temporal delimitado para a seleção das publicações compreende o período de 2020 a 2025, de forma a garantir a atualidade das discussões e a incorporação de estudos que abordam tanto a continuidade quanto as recentes reformulações do programa, como a transição para o Auxílio Brasil e o retorno do Bolsa Família em 2023.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise dos trabalhos selecionados permitiu identificar convergências e especificidades a respeito do impacto do Programa Bolsa Família no desenvolvimento social dos municípios brasileiros. As produções dos últimos cinco anos destacam que o programa se consolidou como um dos principais mecanismos de combate à pobreza e à desigualdade, ao mesmo tempo em que promoveu inclusão social e dinamização econômica local.

Nesse íterim, a Tabela 1 sistematiza as principais contribuições dos estudos analisados, organizadas de acordo com seus enfoques centrais.

Tabela 1 – Principais achados da literatura sobre o Bolsa Família (2020–2025)

Autor(es)	Ano	Achados centrais	Região/Enfoque
Alfaro; Almeida; Lima	2025	O Bolsa Família consolidou-se como política estruturante no combate à fome e à pobreza, reafirmando sua relevância histórica como instrumento de justiça social.	Nacional
Bessa <i>et al.</i>	2021	O programa reduziu a vulnerabilidade social e foi determinante para o aumento da frequência escolar entre crianças de famílias pobres.	Nordeste (Rio Grande do Norte)
Costa; Magalhães; Cardoso	2023	Avaliação teórica do Bolsa Família e do Auxílio Brasil, destacando os alcances e os limites de cada modelo.	Nacional
Gomes <i>et al.</i>	2021	Famílias rurais beneficiárias relataram que o recurso possibilitou acesso a alimentos, educação e maior segurança econômica.	Comunidades rurais do Nordeste
Gomes <i>et al.</i>	2025	O Bolsa Família impactou positivamente a renda de agricultores familiares, fortalecendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Nacional (ênfase em áreas rurais)
Jannuzzi; Martignoni; Souto	2020	O programa contribuiu significativamente para a redução da pobreza no Brasil, confirmando sua eficácia em escala nacional.	Nacional
Lima <i>et al.</i>	2020	As condicionalidades funcionaram como mecanismo de integração territorial, dependendo da oferta de serviços públicos de saúde e educação.	Nordeste
Ludka; Braga; Pereira	2024	No Norte do Paraná, o Bolsa Família foi motor da economia local, sustentando o comércio em municípios de pequeno porte.	Região Geográfica Imediata de Cornélio Procópio–Bandeirantes (PR)
Moreira <i>et al.</i>	2023	O programa foi determinante para o desenvolvimento econômico municipal, fortalecendo o equilíbrio federativo e reduzindo desigualdades.	Nacional
Oliveira <i>et al.</i>	2023	No estado da Bahia, o Bolsa Família foi fundamental para a redução da pobreza extrema e melhoria das condições de vida.	Nordeste (Bahia)
Rocha	2025	Estudo teórico que reafirma o Bolsa Família como política compensatória essencial para reduzir desigualdades sociais.	Nacional
Santos	2020	Revisão integrativa dos impactos do Bolsa Família, destacando efeitos positivos na inclusão social.	Nacional
Simoni	2021	Identificou efeitos diretos e indiretos do programa nas eleições presidenciais, mostrando seu peso político.	Nacional
Southier; Triches	2020	Evidenciaram os impactos do programa na alimentação de famílias urbanas e rurais, com melhora na qualidade da dieta.	Nacional (urbano e rural)
Vieira <i>et al.</i>	2020	A condicionalidade de frequência escolar reduziu a evasão e contribuiu para maior inclusão educacional.	Nordeste (Bahia)

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Elucidou-se que o Bolsa Família não pode ser frisado apenas como uma política compensatória de combate à pobreza, mas como um instrumento estruturante do desenvolvimento social e territorial. Em escala nacional, Alfaro, Almeida e Lima (2025) destacam o programa como um marco histórico na redistribuição de renda, afirmando seu legado no enfrentamento da fome e da pobreza extrema. Essa leitura é reforçada por Rocha (2025), que aponta o Bolsa Família como resposta às desigualdades estruturais produzidas pelo modelo capitalista brasileiro. Ambos convergem na defesa do caráter de justiça social da política, enfatizando sua legitimidade constitucional e a necessidade de compreendê-la como política de Estado.

Os estudos que adotaram um recorte regional corroboram para ilustrar a relevância diferenciada do programa em contextos específicos. Oliveira *et al.* (2023), ao analisar a Bahia, demonstram que o Bolsa Família foi decisivo para reduzir a pobreza extrema e melhorar as condições de vida, principalmente em municípios de baixo IDH. Em linha semelhante, Vieira *et al.* (2020) reforçam que a condicionalidade da frequência escolar nesse mesmo estado contribuiu para diminuir a evasão, mostrando como o programa impacta diretamente a realidade educacional de populações vulneráveis. Já no Rio Grande do Norte, Bessa *et al.* (2021) confirmam que a transferência de renda foi determinante para elevar a assiduidade escolar, evidenciando que, ao aliviar pressões financeiras, o benefício possibilitou que crianças e adolescentes permanecessem nos estudos.

Na região Sul, Ludka, Braga e Pereira (2024) oferecem um contraponto importante ao evidenciarem que, em municípios do interior do Paraná, o programa assumiu papel de motor econômico local, garantindo a sobrevivência de pequenos comércios e sustentando a circulação de renda em áreas de baixa arrecadação tributária. Esse achado dialoga diretamente com Moreira *et al.* (2023), que analisam em escala nacional como o Bolsa Família fortalece o equilíbrio federativo ao injetar recursos de maneira homogênea em todos os municípios, funcionando como alicerce para a estabilidade econômica de localidades vulneráveis. Assim, observa-se que o programa não apenas atenua a pobreza, mas amortece desigualdades regionais, cumprindo uma função redistributiva em favor dos territórios mais frágeis.

As dimensões de saúde e alimentação também aparecem fortemente na literatura. Lima *et al.* (2020) evidenciam que as condicionalidades de saúde, como vacinação e pré-natal, dependem da presença territorial dos serviços, reforçando a

importância de políticas complementares para assegurar a efetividade do programa. Southier e Triches (2020), por sua vez, destacam que o Bolsa Família gerou impactos diretos na melhoria da qualidade da dieta em contextos urbanos e rurais, ao ampliar o acesso a alimentos e reduzir a insegurança alimentar.

Esse enfoque converge com Gomes, Dawanne *et al.* (2021), que, a partir da percepção de famílias rurais, identificaram que o benefício trouxe não apenas segurança alimentar, mas também maior estabilidade no cotidiano das comunidades. Já Gomes, Marilena *et al.* (2025) reforçam os efeitos indiretos do programa ao mostrarem que a renda dos agricultores familiares vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi beneficiada, ampliando a rede de impactos positivos do Bolsa Família sobre a agricultura e o desenvolvimento rural.

No campo político, Simoni (2021) apresenta uma análise distinta, ao demonstrar os efeitos indiretos do programa no cenário eleitoral, indicando que o Bolsa Família também influencia percepções políticas e a formação de preferências eleitorais em âmbito nacional. Essa perspectiva dialoga com Santos (2020), que, em sua análise integrativa, evidencia como o programa transcende os limites da política social e se projeta como elemento central na inclusão cidadã.

De maneira geral, os estudos convergem em três grandes pontos. Primeiro, o Bolsa Família gera impactos imediatos de alívio da pobreza e garantia da sobrevivência básica. Segundo, produz efeitos estruturantes em educação, saúde e circulação econômica, especialmente em municípios menores e mais vulneráveis. Terceiro, apresenta desdobramentos políticos e sociais que reforçam sua legitimidade e revelam sua centralidade no debate sobre justiça social no Brasil.

A literatura, portanto, confirma que o programa atua como eixo de sustentação de economias locais e como política de transformação social, ao passo que também aponta que seus efeitos são condicionados à presença de serviços públicos, ao valor do benefício e à articulação com políticas complementares.

5 CONSIDERAÇÕES

Evidenciou-se que o Programa Bolsa Família se consolidou como uma das políticas sociais mais importantes da história recente do Brasil, tanto pelo seu impacto direto na redução da pobreza quanto por sua capacidade de promover inclusão social. A revisão bibliográfica demonstrou que o programa contribuiu para a queda

significativa da proporção de famílias em situação de miséria, melhorou indicadores de educação e saúde e dinamizou as economias locais, especialmente em municípios de pequeno porte e baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Dessa maneira, o Bolsa Família deve ser compreendido como um mecanismo de justiça social, capaz de corrigir distorções históricas da concentração de renda e de oferecer condições mínimas de dignidade às populações mais vulneráveis.

No que se refere ao alcance dos objetivos estabelecidos neste estudo, observou-se que o objetivo geral, analisar os efeitos do Bolsa Família no desenvolvimento social municipal, foi plenamente atendido. Os objetivos específicos também foram alcançados: identificaram-se os principais indicadores sociais relacionados ao programa, verificaram-se os impactos sobre educação, saúde e renda e discutiram-se as diferenças regionais entre municípios. Os resultados confirmam que o Bolsa Família não apenas reduziu desigualdades sociais e territoriais, como também se mostrou um instrumento de fortalecimento do equilíbrio federativo, assegurando presença do Estado em todas as localidades do país.

Quanto às recomendações para políticas públicas, destaca-se a necessidade de ampliar os valores e a cobertura do programa, de modo a torná-lo ainda mais eficaz frente ao aumento do custo de vida. Inclusive, sugere-se maior integração entre o Bolsa Família e políticas de emprego, capacitação profissional e incentivo ao empreendedorismo, como estratégia para promover autonomia financeira das famílias em longo prazo. Outro ponto crucial refere-se à modernização do Cadastro Único, cuja digitalização e constante atualização são fundamentais para garantir a focalização correta dos recursos e reduzir riscos de fraudes ou exclusões indevidas.

No campo acadêmico, recomenda-se que futuros estudos aprofundem a análise dos impactos do Bolsa Família em dimensões específicas do desenvolvimento social, como a mobilidade intergeracional, a inserção produtiva e os efeitos de longo prazo sobre a coesão social. Aliás, novas pesquisas poderiam explorar comparações entre o Bolsa Família e experiências internacionais de transferência de renda, contribuindo para o aprimoramento teórico e prático das políticas sociais no Brasil.

Em conclusão, o Programa Bolsa Família representa mais do que uma política compensatória de combate à pobreza. Ele se configura como um instrumento estruturante de desenvolvimento social, com efeitos diretos na redução da desigualdade e na promoção da cidadania. Ao mesmo tempo, sua eficácia depende da articulação entre Estado, mercado e sociedade civil, de modo que a circulação de

renda promovida pelo programa seja acompanhada de valorização salarial, inclusão produtiva e responsabilidade social compartilhada. Perante o exposto, reafirma-se que o Bolsa Família é tanto um símbolo de justiça social quanto um caminho indispensável para a construção de um Brasil mais igualitário, democrático e solidário.

REFERÊNCIAS

ALFARO, Filipe Garcia Gonçalves de; ALMEIDA, Braulio Paiva Novaes de; LIMA, Bárbara Garcia. **Programa Bolsa Família: Origens, Legado e Reflexos no Combate à Fome e Pobreza no Brasil**. Revista Orbis Latina-ISSN: 2237-6976, v. 15, n. 2, p. 94-114, 2025. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/>. Acesso em: 04 set. 2025.

BESSA, Francisco Kellison Rocha *et al.* **A importância do Programa Bolsa Família: a análise dos impactos da vulnerabilidade social com fatores determinantes da frequência escolar**. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/>. Acesso em: 11 set. 2025.

COSTA, Delaine Martins; MAGALHÃES, Rosana; CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. **Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa**. Cadernos de Saúde Pública, v. 39, p. e00207922, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: 02 set. 2025.

GOMES, Dawanne Lima *et al.* **As percepções das famílias sobre o Programa Bolsa Família: o uso dos recursos e os impactos na vida de comunidades rurais**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 1, n. 1, p. 3, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/>. Acesso em: 03 set. 2025.

GOMES, Marilena Cordeiro *et al.* **Impacto do programa nacional de alimentação escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do programa bolsa família**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 63, p. e286558, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 05 set. 2025.

JANNUZZI, Paulo de Martino; MARTIGNONI, Enrico Moreira; SOUTO, Baiena Feijolo. **Programa Bolsa Família e sua contribuição para redução da pobreza no Brasil**. Revista Brasileira de Avaliação, v. 4, p. 40-61, 2020. Disponível em: <https://rbaval.org.br/>. Acesso em: 14 set. 2025.

LIMA, Vanessa Carla Borges de *et al.* **Bolsa Família, proteção social e território: o impacto das condições de acesso aos serviços públicos condicionados instalados no território de vivência**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/>. Acesso em: 12 set. 2025.

LUDKA, Vanessa Maria; BRAGA, Gustavo Henrique dos Santos; PEREIRA, Sérgio Augusto. **O Programa Bolsa Família na Região Geográfica Imediata de Cornélio**

Procópio-Bandeirantes. Geographia Opportuno Tempore, v. 10, n. 1, p. e50919-e50919, 2024. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/>. Acesso em: 06 set. 2025.

MOREIRA, José Antonio Corrêa da Silva *et al.* **Impacto do Programa Bolsa Família para o Desenvolvimento Econômico Municipal.** São Paulo, Brasil: FLACSO Sede Brasil. 2023. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/>. Acesso em: 17 set. 2025.

OLIVEIRA, Jorge Luis Batista de *et al.* **Programa Bolsa Família e seu impacto no combate à pobreza: Um panorama no Estado da Bahia.** São Paulo, Brasil: FLACSO Sede Brasil. 2023. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/>. Acesso em: 02 set. 2025.

ROCHA, Marcos Roberto Carvalho da. **A construção dos programas de transferência de renda: os impactos do bolsa família para redução da pobreza e das desigualdades sociais.** 2025. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/>. Acesso em: 11 set. 2025.

SANTOS, Nivia Marcelle Lima dos. **Programa bolsa família: uma análise integrativa de seus impactos.** Fortaleza/CE, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/>. Acesso em: 04 set. 2025.

SIMONI, Sergio. **Efeitos diretos e indiretos do Programa Bolsa Família nas eleições presidenciais brasileiras.** Opinião Pública, v. 27, n. 1, p. 230-260, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 set. 2025.

SOUTHER, Naiara; TRICHES, Rozane Márcia. **Programa Bolsa Família: impacto na alimentação e papel da aquisição não monetária no meio urbano e rural.** Interações (Campo Grande), v. 21, n. 4, p. 871-884, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

VIEIRA, Patrícia Alves *et al.* **O Programa Bolsa Família como Inclusão Social e seu Impacto na Evasão Escolar: Análise da Condicionalidade Frequência Escolar.** Estudos Iat, v. 5, n. 3, 2020. Disponível em: <https://estudosiat.educacao.ba.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2025.